



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 119/2025, DE 29 DE MAIO DE 2025.

Estabelece o Programa de Recuperação Fiscal – PROREFIS 2025 no âmbito do Município de Quixeramobim e adota outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, faz saber que a Câmara Municipal de Quixeramobim aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei institui e disciplina o Programa de Recuperação Fiscal denominado PROREFIS 2025, para créditos tributários e não tributários em face da fazenda pública municipal, proporcionando possibilidades de regularização fiscal das pessoas físicas e jurídicas devedoras deste município.

Art. 2º. O Programa de Recuperação Fiscal PROREFIS 2025 é estabelecido em caráter extraordinário e proporciona benefícios e condições de pagamento de débitos de natureza tributária e não tributária, inscritos ou não em Dívida Ativa, em cobrança administrativa ou judicial, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de março de 2025, na forma estabelecida nesta Lei.

Parágrafo Único. Os créditos executados judicialmente pelo Município com implemento de arresto, penhora ou bloqueio em dinheiro efetivados contra o devedor terão regime diferenciado de apreciação, nos termos dessa lei.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º. O PROREFIS 2025 terá o prazo de vigência de 3 (três) meses, tendo por termo inicial a data de 02 de junho de 2025 e por termo final a data de 29 de agosto de 2025, podendo ser prorrogado única vez, por igual período sucessivo ao seu termo final, por decreto do titular do Poder Executivo Municipal.

SEÇÃO II – DA FORMA E CONDIÇÕES DO PROREFIS 2025

Art. 4º. Os créditos fiscais objeto do pagamento ou do parcelamento de que trata esta lei serão consolidados na data da adesão do sujeito passivo ao PROREFIS 2025, constituindo-se do valor principal, atualização monetária, penalidade pecuniária, juros e multas moratórias.

Parágrafo Primeiro. Para concessão do PROREFIS 2025 ao contribuinte inadimplente este deverá renunciar plena, prévia e irrevogavelmente aos processos judiciais em face do Município relacionados aos débitos alcançados pelo programa e aos recursos administrativos em face da administração fazendária e cujo objeto seja o tributo albergado pelo programa.

Parágrafo Segundo. A renúncia mencionada no Parágrafo Anterior deverá ser formalizada e comprovada pelo contribuinte requerente, antecipadamente ao requerimento de adesão ao PROREFIS 2025, quando da solicitação.

Parágrafo Terceiro. A comprovação mencionada no Parágrafo Segundo se dará mediante a apresentação do pedido judicial protocolado (para cobranças já em fase judicial), irrenunciável e irretratável, de renúncia/desistência da Ação Judicial contra o município ou pelo requerimento de renúncia, no mesmo teor, junto ao processo administrativo tributário, para o caso de processos administrativos tributários em curso.

CAPÍTULO II

DA EXECUÇÃO DO PROREFIS 2025

SEÇÃO I – DO PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA

Art. 5º. Ocorrendo o pagamento em parcela única, com data de até 30 (trinta) dias após a concessão da adesão ao programa, desde que dentro do mês de adesão/concessão, aos créditos vencidos e consolidados na forma do Art. 4º desta Lei, será concedido desconto de 100% (cem por cento) sobre o valor de juros, multas moratórias e na penalidade pecuniária, quando for o caso.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃO II – DO PAGAMENTO EM PARCELAMENTO

Art. 6º. Os créditos consolidados na forma do Art. 4º desta lei poderão ser pagos em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento a cada 30 (trinta) dias após a primeira, com descontos nos juros, multas moratórias e na penalidade pecuniária, de até:

- I. 95% (noventa e cinco por cento), quando a liquidação do débito ocorrer em 2 (duas) até 10 (dez) parcelas;
- II. 90% (noventa por cento), quando a liquidação do débito ocorrer em 11 (onze) até 24 (vinte quatro) parcelas;
- III. 85% (oitenta e cinco por cento), quando a liquidação do débito ocorrer em 25 (vinte cinco) até 36 (trinta e seis) parcelas;
- IV. 80% (oitenta por cento), quando a liquidação do débito ocorrer em 37 (trinta e sete) até 48 (quarenta e oito) parcelas;
- V. 75% (setenta e cinco por cento), quando a liquidação ocorrer de 49 (quarenta e nove) até 60 (sessenta) parcelas;

Parágrafo Primeiro. Poderão ser parcelados mais de 24 (vinte e quatro) prestações o débito consolidado com valor superior a 1.000 (uma mil) Unidades Fiscais de Referência Municipal.

Parágrafo Segundo. Os requerimentos de adesão com pedido de parcelamento superiores a 24 (vinte e quatro) prestações deverão ser previamente submetidos ao deferimento da autoridade fazendária municipal, o Secretário Municipal de Administração.

Art. 7º. O valor de cada parcela mensal não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para as pessoas físicas, e R\$ 100,00 (cem reais) para as pessoas jurídicas.

SEÇÃO III - DAS CONDIÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO PROREFIS 2025

Art. 8º. O sujeito passivo beneficiado com o parcelamento nas condições do Art. 6º desta Lei fica obrigado a manter sua regularidade fiscal relativamente aos tributos vincendos, cujos fatos geradores se operem posteriormente à adesão ao programa, sob pena de ter cancelados os benefícios deste PROREFIS 2025.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único. O cancelamento a que se refere este artigo implica na recomposição dos valores dos créditos tributários originários, como se benefício algum tivesse obtido, deduzindo-se as parcelas pagas, pelo seu valor nominal, do montante do débito consolidado original.

Art. 9º. Relativamente ao parcelamento realizado com base nesta Lei, consideram-se vencidas, imediata e antecipadamente, todas as parcelas não pagas, retornando o crédito à situação original anterior ao parcelamento, quando:

- I. Ocorrer inadimplência de 03 (três) parcelas consecutivas ou 6 (seis) parcelas acumuladas, do parcelamento realizado;
- II. Ocorrer inadimplência de 03 (três) parcelas de créditos fiscais, consecutivos ou não, ainda que de espécies tributárias distintas, cujos fatos geradores tenham ocorrido após a concessão do parcelamento de que trata esta Lei.

Parágrafo Primeiro. O cancelamento do parcelamento dar-se-á de forma automática na hipótese do inciso I deste artigo, e por constatação do agente fazendário no caso do inciso II.

Parágrafo Segundo. No caso de cancelamento do PROREFIS 2025 o saldo devedor será recomposto nos termos do Parágrafo Único do Art. 8º, sendo inscrito em Dívida Ativa ou retomada a exequibilidade do débito já inscrito, e remetido para execução fiscal ou requerida a sua retomada em caso de suspensão em razão do parcelamento, sem prejuízo de outras medidas de cobrança extrajudicial admissíveis, inclusive a inscrição em cadastros próprios.

Art. 10. O cancelamento dos benefícios concedidos pelo PROREFIS 2025, em razão de inadimplemento das obrigações assumidas ou por qualquer ato ou omissão imputável ao sujeito passivo que implique o descumprimento das condições previstas nesta Lei, acarretará:

- I. a perda automática de todos os benefícios concedidos, inclusive remissão de juros e multas moratórias;
- II. o restabelecimento integral do crédito tributário, com a recomposição dos valores originários, acrescidos dos encargos legais incidentes desde a origem do crédito tributário albergado no programa.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃO IV – DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 11. O cálculo da parcela mensal em caso de parcelamento no PROREFIS 2025 será obtido mediante a divisão do valor da dívida consolidada, deduzidos dos descontos proporcionados na forma do Art. 6º pelo número de parcelas solicitadas pelo devedor aderente.

Art. 12. O saldo devedor do parcelamento dos créditos previstos nesta Lei, após o pagamento da primeira parcela, será acrescido da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Taxa SELIC), além de correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. No período de adesão ao PROREFIS 2025, o parcelamento realizado com base nesta Lei poderá ser objeto de nova modalidade de parcelamento, desde que para liquidação em parcela única do saldo remanescente, com os mesmos descontos previstos para o pagamento à vista, conforme o mês da liquidação, nos termos dispostos nos artigos 5º e 6º desta Lei, conforme o caso.

Art. 14. Poderão ser objeto de adesão ao presente PROREFIS 2025 os parcelamentos ativos firmados anteriormente à instituição deste programa, por iniciativa e requerimento do sujeito passivo beneficiário e em idênticas condições às regras instituídas nessa Lei.

Parágrafo Primeiro. No caso do *caput*, os débitos serão consolidados na data da adesão do sujeito passivo ao PROREFIS 2025, constituindo-se do valor principal, penalidade pecuniária, juros e atualização monetária apurados na forma da lei instituidora do parcelamento anterior.

Parágrafo Segundo. Consolidado o débito na forma do parágrafo anterior, aplica-se o regramento imposto pelo Capítulo II da presente Lei, conforme modalidade de quitação requerida pelo sujeito passivo.

Art. 15. A adesão do presente PROREFIS 2025 implicará na aceitação plena das condições previstas nesta Lei, com o cancelamento de eventuais benefícios anteriormente concedidos em relação ao débito albergado.

Art. 16. As custas judiciais, os emolumentos cartorários ou quaisquer outros débitos de titularidade e administrados por outras entidades alheias à administração municipal não integram o presente programa.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 17. A adesão ao PROREFIS 2025 poderá ser realizada por canais de atendimento eletrônico da Secretaria Municipal de Administração, mediante correio eletrônico ou aplicativo de celular com dados a serem divulgados nos canais oficiais da administração municipal, sem prejuízo do atendimento presencial.

Parágrafo Primeiro. A opção pelo pagamento à vista (art. 5º) importará na adesão tácita aos termos do PROREFIS 2025, podendo ser dispensadas a assinatura de termos e a apresentação de documentos complementares, salvo os dispostos no Parágrafo Terceiro do Art. 4º desta Lei.

Parágrafo Segundo. A adesão ao PROREFIS 2025 na modalidade de parcelamento, mediante subscrição do termo respectivo, constitui confissão de dívida, interrompe a prescrição e suspende a exigibilidade do crédito.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de cancelamento do programa, retoma-se a fluência do prazo prescricional e a exigibilidade do crédito por todos os meios legais de cobrança.

Parágrafo Quarto. Os créditos não tributários sob a administração de outros órgãos da administração municipal terão a adesão disciplinada por decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO V – DAS CONDIÇÕES DE ADESÃO PARA OS CRÉDITOS JUDICIALIZADOS

Art. 18. Fica autorizada a adesão ao PROREFIS 2025, quanto aos créditos sob execução fiscal, resguardados os direitos e obedecidos os termos impostos pela Lei Complementar 11/2017, podendo os honorários advocatícios serem parcelados nas mesmas condições desta Lei, mediante requerimento processado e julgado pelo órgão administrador da verba.

Art. 19. A adesão ao PROREFIS 2025 implicará a desistência expressa e irrevogável de toda e qualquer ação judicial ou recurso que envolva o crédito tributário objeto da adesão, inclusive embargos à execução fiscal, bem como a renúncia ao direito sobre o qual se fundam, condicionando o sujeito passivo à aceitação plena e irretratável de todas as condições previstas nesta Lei.

§1º. A desistência e a renúncia referidas no *caput* deverão ser formalizadas pelo sujeito passivo antes da adesão, mediante apresentação de comprovação nos autos judiciais respectivos.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

§2º. O disposto neste artigo aplica-se também aos créditos tributários objeto de impugnação junto ao Contencioso Administrativo Tributário da Secretaria Municipal de Administração do Município de Quixeramobim (CAT), implicando a imediata extinção do Processo Administrativo Tributário (PAT), sem julgamento do mérito.

Art. 20. O recolhimento integral ou o parcelamento realizado nos termos desta lei constituem confissão irretratável da dívida, não conferindo ao sujeito passivo, seja contribuinte, seja responsável tributário, quaisquer direitos à restituição ou à compensação de importâncias já pagas com os benefícios do PROREFIS 2025.

Art. 21. Para fruição dos benefícios previstos nesta Lei, e desde que não haja outras medidas judiciais acautelatórias, não será exigida garantia à execução fiscal em relação aos créditos tributários e não tributários ajuizados, e nem regularidade fiscal relativamente a outras obrigações tributárias principais e/ou acessórias.

Parágrafo Primeiro. Os créditos executados judicialmente pelo Município com instituição de arresto, penhora ou bloqueio em dinheiro efetivados contra o devedor poderão ser objeto dos benefícios dessa lei, mediante prévia manifestação da Procuradoria-Geral do Município, órgão titular das ações judiciais municipais.

Parágrafo Segundo. A adesão ao PROREFIS na situação do Parágrafo Primeiro não implica desconstituição das garantias processuais referidas, ficando a representação judicial do município autorizada a anuir com a sua substituição por outras garantias processuais pelo devedor, assim requerendo o executado.

Art. 22. O sujeito passivo que tiver interposto ação judicial de qualquer natureza, com ou sem concessão de medida liminar ou tutela antecipada que o dispense do pagamento do tributo ou autorize o depósito judicial, poderá usufruir dos benefícios do PROREFIS 2025, desde que, previamente à adesão, comprove a desistência formal da ação e a renúncia ao direito sobre o qual se funda, nos termos e condições estabelecidos nesta Lei.

Art. 23. Fica resguardado ao devedor na execução judicial solicitar adesão ao PROREFIS 2025 nos autos do processo judicial, obedecidas as condições dessa Lei.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO ÚNICA

Art. 24. A adesão do PROREFIS 2025 na modalidade de parcelamento não extingue a obrigação, apenas suspende a exigibilidade do crédito tributário, mantendo a relação jurídica processual no estado em que ela se encontra, cuja execução fiscal poderá ser retomada, com a execução da garantia, em caso de eventual exclusão do contribuinte do programa de parcelamento fiscal.

Art. 25. O pagamento do débito apurado poderá ser efetivado por meio de cartão de crédito, caso esta opção seja disponibilizada pela fazenda municipal, desde que os encargos da operação sejam arcados exclusivamente pelo sujeito passivo devedor.

Parágrafo Único. O pagamento por meio de cartão de crédito, ainda que parcelado pelo contribuinte devedor, e desde que o efetivo pagamento ao ente credor (fazenda municipal) se opere integralmente em até 45 (quarenta e cinco) dias, é considerado pagamento à vista para todos os fins de concessão dos benefícios dessa lei.

Art. 26. A plena remissão dos juros, multas e penalidade pecuniária ficará condicionada ao pagamento total das parcelas do acordo, podendo o valor total referente aos juros, multas e correção monetária ser incorporado como crédito tributário, juntamente com as parcelas pagas, além de cobrado judicialmente ou extrajudicialmente, mediante inscrição na Dívida Ativa do município no caso de inadimplência de qualquer das parcelas.

Parágrafo Único. A última parcela do parcelamento efetuado nos termos desta Lei representará o valor equivalente aos descontos concedidos, a qual ficará automaticamente quitada, em benefício do devedor, no caso de pagamento regular das demais parcelas dos créditos objeto desta Lei.

Art. 27. O sujeito passivo que desejar usufruir os benefícios previstos nesta Lei deverá obter manifestação favorável da concessão de seu pleito até as 23:59 horas do último dia de vigência do PROREFIS 2025 (Art. 3º), obedecido o horário de expediente das repartições públicas em caso de solicitação presencial.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 28. O pagamento das parcelas advindas da adesão ao presente PROREFIS 2025 deverá ser realizado até o último dia útil de cada mês, mediante o pagamento do Documento de Arrecadação Municipal – DAM emitido no ato da concessão do parcelamento.

Art. 29. Após a adesão e o pagamento da primeira parcela, o contribuinte obterá direito à Certidão de Regularidade Fiscal (positiva com efeito negativo de débitos fiscais), referente aos tributos incluídos no parcelamento a que se refere esta Lei, desde que não haja outros débitos não inseridos no parcelamento, e sem prejuízo do lançamento e cobrança de débitos gerados por fatos novos ou não albergados pelo programa.

Art. 30. Os benefícios concedidos através desta lei não significam renúncia de receita para fins do disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 31. O Secretário Municipal de Administração, responsável pela administração tributária do Município de Quixeramobim, fica autorizado a expedir atos regulamentares complementares à aplicação desta Lei.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, em 29 de maio de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal de Quixeramobim



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO PGM Nº 029/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, no uso de suas atribuições legais, da competência que lhe confere o artigo 87 da Lei Orgânica do Município e em consonância com o artigo 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, autoriza a publicação, mediante afixação no Paço da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal e em demais locais de amplo acesso público, da Lei Complementar nº 119/2025, de 29 de maio de 2025.

Cumpra-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 29 de maio de 2025

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os fins que se fizerem necessários que a Lei Complementar nº 119/2025, de 29 de maio de 2025, foi devidamente publicada por meio de afixação na sede desta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Quixeramobim e do Edital de Publicação PGM nº 029/2025. Dado e passado nesta cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, em 29 de maio de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 17, DE 22 DE MAIO DE 2025.

Ao

Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Quixeramobim

Vereador IGOR MARTINS

Nesta

Exmo. Presidente,

Com os cumprimentos de estilo, pela presente estamos submetendo à apreciação de Vossa Excelência e dos respeitáveis membros dessa augusta Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que institui, no Município de Quixeramobim, o Programa de Recuperação Fiscal denominado PROREFIS 2025, na forma que indica.

O Programa de Recuperação Fiscal PROREFIS 2025 consiste em um regime opcional de parcelamento de débitos fiscais e não fiscais proposto às pessoas físicas ou jurídicas com dívidas perante a Fazenda Pública Municipal.

O ingresso no PROREFIS 2025 dar-se-á por opção da pessoa física ou jurídica, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais existentes, propondo-se que o débito consolidado seja pago à vista ou em parcelas mensais e sucessivas, com descontos progressivos.

A administração do PROREFIS 2025 será exercida pela Direção de Administração Tributária da Secretaria Municipal de Administração, a quem compete o gerenciamento e a implementação dos procedimentos necessários à execução do programa e é presidido pelo titular da secretaria.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Assim, na certeza da pronta acolhida à presente proposição, solicitamos a Vossa Excelência submeter a matéria proposta à competente análise dos respeitáveis membros dessa Câmara Municipal, para apreciação em caráter de urgência simples, pela relevância de seu conteúdo.

PAÇO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE QUIXERAMOBIM, em 22 de maio de 2025.

Respeitosamente,

Assinado de forma
digital por CIRILO
ANTONIO PIMENTA
LIMA:05950546334

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA

Prefeito Municipal de Quixeramobim



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005, DE 22 DE MAIO DE 2025.

Estabelece o Programa de Recuperação Fiscal – PROREFIS 2025 no âmbito do Município de Quixeramobim e adota outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, faz saber que a Câmara Municipal de Quixeramobim aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei institui e disciplina o Programa de Recuperação Fiscal denominado PROREFIS 2025, para créditos tributários e não tributários em face da fazenda pública municipal, proporcionando possibilidades de regularização fiscal das pessoas físicas e jurídicas devedoras deste município.

Art. 2º. O Programa de Recuperação Fiscal PROREFIS 2025 é estabelecido em caráter extraordinário e proporciona benefícios e condições de pagamento de débitos de natureza tributária e não tributária, inscritos ou não em Dívida Ativa, em cobrança administrativa ou judicial, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de março de 2025, na forma estabelecida nesta Lei.

Parágrafo Único. Os créditos executados judicialmente pelo Município com implemento de arresto, penhora ou bloqueio em dinheiro efetivados contra o devedor terão regime diferenciado de apreciação, nos termos dessa lei.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º. O PROREFIS 2025 terá o prazo de vigência de 3 (três) meses, tendo por termo inicial a data de 02 de junho de 2025 e por termo final a data de 29 de agosto de 2025, podendo ser prorrogado única vez, por igual período sucessivo ao seu termo final, por decreto do titular do Poder Executivo Municipal.

SEÇÃO II – DA FORMA E CONDIÇÕES DO PROREFIS 2025

Art. 4º. Os créditos fiscais objeto do pagamento ou do parcelamento de que trata esta lei serão consolidados na data da adesão do sujeito passivo ao PROREFIS 2025, constituindo-se do valor principal, atualização monetária, penalidade pecuniária, juros e multas moratórias.

Parágrafo Primeiro. Para concessão do PROREFIS 2025 ao contribuinte inadimplente este deverá renunciar plena, prévia e irrevogavelmente aos processos judiciais em face do Município relacionados aos débitos alcançados pelo programa e aos recursos administrativos em face da administração fazendária e cujo objeto seja o tributo albergado pelo programa.

Parágrafo Segundo. A renúncia mencionada no Parágrafo Anterior deverá ser formalizada e comprovada pelo contribuinte requerente, antecipadamente ao requerimento de adesão ao PROREFIS 2025, quando da solicitação.

Parágrafo Terceiro. A comprovação mencionada no Parágrafo Segundo se dará mediante a apresentação do pedido judicial protocolado (para cobranças já em fase judicial), irrenunciável e irretratável, de renúncia/desistência da Ação Judicial contra o município ou pelo requerimento de renúncia, no mesmo teor, junto ao processo administrativo tributário, para o caso de processos administrativos tributários em curso.

CAPÍTULO II

DA EXECUÇÃO DO PROREFIS 2025

SEÇÃO I – DO PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA

Art. 5º. Ocorrendo o pagamento em parcela única, com data de até 30 (trinta) dias após a concessão da adesão ao programa, desde que dentro do mês de adesão/concessão, aos créditos vencidos e consolidados na forma do Art. 4º desta Lei, será concedido desconto de 100% (cem por cento) sobre o valor de juros, multas moratórias e na penalidade pecuniária, quando for o caso.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃO II – DO PAGAMENTO EM PARCELAMENTO

Art. 6º. Os créditos consolidados na forma do Art. 4º desta lei poderão ser pagos em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento a cada 30 (trinta) dias após a primeira, com descontos nos juros, multas moratórias e na penalidade pecuniária, de até:

- I. 95% (noventa e cinco por cento), quando a liquidação do débito ocorrer em 2 (duas) até 10 (dez) parcelas;
- II. 90% (noventa por cento), quando a liquidação do débito ocorrer em 11 (onze) até 24 (vinte e quatro) parcelas;
- III. 85% (oitenta e cinco por cento), quando a liquidação do débito ocorrer em 25 (vinte e cinco) até 36 (trinta e seis) parcelas;
- IV. 80% (oitenta por cento), quando a liquidação do débito ocorrer em 37 (trinta e sete) até 48 (quarenta e oito) parcelas;
- V. 75% (setenta e cinco por cento), quando a liquidação ocorrer de 49 (quarenta e nove) até 60 (sessenta) parcelas;

Parágrafo Primeiro. Poderão ser parcelados mais de 24 (vinte e quatro) prestações o débito consolidado com valor superior a 1.000 (uma mil) Unidades Fiscais de Referência Municipal.

Parágrafo Segundo. Os requerimentos de adesão com pedido de parcelamento superiores a 24 (vinte e quatro) prestações deverão ser previamente submetidos ao deferimento da autoridade fazendária municipal, o Secretário Municipal de Administração.

Art. 7º. O valor de cada parcela mensal não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para as pessoas físicas, e R\$ 100,00 (cem reais) para as pessoas jurídicas.

SEÇÃO III - DAS CONDIÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO PROREFIS 2025

Art. 8º. O sujeito passivo beneficiado com o parcelamento nas condições do Art. 6º desta Lei fica obrigado a manter sua regularidade fiscal relativamente aos tributos vincendos, cujos fatos geradores se operem posteriormente à adesão ao programa, sob pena de ter cancelados os benefícios deste PROREFIS 2025.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único. O cancelamento a que se refere este artigo implica na recomposição dos valores dos créditos tributários originários, como se benefício algum tivesse obtido, deduzindo-se as parcelas pagas, pelo seu valor nominal, do montante do débito consolidado original.

Art. 9º. Relativamente ao parcelamento realizado com base nesta Lei, consideram-se vencidas, imediata e antecipadamente, todas as parcelas não pagas, retornando o crédito à situação original anterior ao parcelamento, quando:

- I. Ocorrer inadimplência de 03 (três) parcelas consecutivas ou 6 (seis) parcelas acumuladas, do parcelamento realizado;
- II. Ocorrer inadimplência de 03 (três) parcelas de créditos fiscais, consecutivos ou não, ainda que de espécies tributárias distintas, cujos fatos geradores tenham ocorrido após a concessão do parcelamento de que trata esta Lei.

Parágrafo Primeiro. O cancelamento do parcelamento dar-se-á de forma automática na hipótese do inciso I deste artigo, e por constatação do agente fazendário no caso do inciso II.

Parágrafo Segundo. No caso de cancelamento do PROREFIS 2025 o saldo devedor será recomposto nos termos do Parágrafo Único do Art. 8º, sendo inscrito em Dívida Ativa ou retomada a exequibilidade do débito já inscrito, e remetido para execução fiscal ou requerida a sua retomada em caso de suspensão em razão do parcelamento, sem prejuízo de outras medidas de cobrança extrajudicial admissíveis, inclusive a inscrição em cadastros próprios.

Art. 10. O cancelamento dos benefícios concedidos pelo PROREFIS 2025, em razão de inadimplemento das obrigações assumidas ou por qualquer ato ou omissão imputável ao sujeito passivo que implique o descumprimento das condições previstas nesta Lei, acarretará:

- I. a perda automática de todos os benefícios concedidos, inclusive remissão de juros e multas moratórias;
- II. o restabelecimento integral do crédito tributário, com a recomposição dos valores originários, acrescidos dos encargos legais incidentes desde a origem do crédito tributário albergado no programa.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃO IV – DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 11. O cálculo da parcela mensal em caso de parcelamento no PROREFIS 2025 será obtido mediante a divisão do valor da dívida consolidada, deduzidos dos descontos proporcionados na forma do Art. 6º pelo número de parcelas solicitadas pelo devedor aderente.

Art. 12. O saldo devedor do parcelamento dos créditos previstos nesta Lei, após o pagamento da primeira parcela, será acrescido da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Taxa SELIC), além de correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. No período de adesão ao PROREFIS 2025, o parcelamento realizado com base nesta Lei poderá ser objeto de nova modalidade de parcelamento, desde que para liquidação em parcela única do saldo remanescente, com os mesmos descontos previstos para o pagamento à vista, conforme o mês da liquidação, nos termos dispostos nos artigos 5º e 6º desta Lei, conforme o caso.

Art. 14. Poderão ser objeto de adesão ao presente PROREFIS 2025 os parcelamentos ativos firmados anteriormente à instituição deste programa, por iniciativa e requerimento do sujeito passivo beneficiário e em idênticas condições às regras instituídas nessa Lei.

Parágrafo Primeiro. No caso do *caput*, os débitos serão consolidados na data da adesão do sujeito passivo ao PROREFIS 2025, constituindo-se do valor principal, penalidade pecuniária, juros e atualização monetária apurados na forma da lei instituidora do parcelamento anterior.

Parágrafo Segundo. Consolidado o débito na forma do parágrafo anterior, aplica-se o regramento imposto pelo Capítulo II da presente Lei, conforme modalidade de quitação requerida pelo sujeito passivo.

Art. 15. A adesão do presente PROREFIS 2025 implicará na aceitação plena das condições previstas nesta Lei, com o cancelamento de eventuais benefícios anteriormente concedidos em relação ao débito albergado.

Art. 16. As custas judiciais, os emolumentos cartorários ou quaisquer outros débitos de titularidade e administrados por outras entidades alheias à administração municipal não integram o presente programa.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 17. A adesão ao PROREFIS 2025 poderá ser realizada por canais de atendimento eletrônico da Secretaria Municipal de Administração, mediante correio eletrônico ou aplicativo de celular com dados a serem divulgados nos canais oficiais da administração municipal, sem prejuízo do atendimento presencial.

Parágrafo Primeiro. A opção pelo pagamento à vista (art. 5º) importará na adesão tácita aos termos do PROREFIS 2025, podendo ser dispensadas a assinatura de termos e a apresentação de documentos complementares, salvo os dispostos no Parágrafo Terceiro do Art. 4º desta Lei.

Parágrafo Segundo. A adesão ao PROREFIS 2025 na modalidade de parcelamento, mediante subscrição do termo respectivo, constitui confissão de dívida, interrompe a prescrição e suspende a exigibilidade do crédito.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de cancelamento do programa, retoma-se a fluência do prazo prescricional e a exigibilidade do crédito por todos os meios legais de cobrança.

Parágrafo Quarto. Os créditos não tributários sob a administração de outros órgãos da administração municipal terão a adesão disciplinada por decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO V – DAS CONDIÇÕES DE ADESÃO PARA OS CRÉDITOS JUDICIALIZADOS

Art. 18. Fica autorizada a adesão ao PROREFIS 2025, quanto aos créditos sob execução fiscal, resguardados os direitos e obedecidos os termos impostos pela Lei Complementar 11/2017, podendo os honorários advocatícios serem parcelados nas mesmas condições desta Lei, mediante requerimento processado e julgado pelo órgão administrador da verba.

Art. 19. A adesão ao PROREFIS 2025 implicará a desistência expressa e irrevogável de toda e qualquer ação judicial ou recurso que envolva o crédito tributário objeto da adesão, inclusive embargos à execução fiscal, bem como a renúncia ao direito sobre o qual se fundam, condicionando o sujeito passivo à aceitação plena e irretratável de todas as condições previstas nesta Lei.

§1º. A desistência e a renúncia referidas no *caput* deverão ser formalizadas pelo sujeito passivo antes da adesão, mediante apresentação de comprovação nos autos judiciais respectivos.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

§2º. O disposto neste artigo aplica-se também aos créditos tributários objeto de impugnação junto ao Contencioso Administrativo Tributário da Secretaria Municipal de Administração do Município de Quixeramobim (CAT), implicando a imediata extinção do Processo Administrativo Tributário (PAT), sem julgamento do mérito.

Art. 20. O recolhimento integral ou o parcelamento realizado nos termos desta lei constituem confissão irretratável da dívida, não conferindo ao sujeito passivo, seja contribuinte, seja responsável tributário, quaisquer direitos à restituição ou à compensação de importâncias já pagas com os benefícios do PROREFIS 2025.

Art. 21. Para fruição dos benefícios previstos nesta Lei, e desde que não haja outras medidas judiciais acautelatórias, não será exigida garantia à execução fiscal em relação aos créditos tributários e não tributários ajuizados, e nem regularidade fiscal relativamente a outras obrigações tributárias principais e/ou acessórias.

Parágrafo Primeiro. Os créditos executados judicialmente pelo Município com instituição de arresto, penhora ou bloqueio em dinheiro efetivados contra o devedor poderão ser objeto dos benefícios dessa lei, mediante prévia manifestação da Procuradoria-Geral do Município, órgão titular das ações judiciais municipais.

Parágrafo Segundo. A adesão ao PROREFIS na situação do Parágrafo Primeiro não implica desconstituição das garantias processuais referidas, ficando a representação judicial do município autorizada a anuir com a sua substituição por outras garantias processuais pelo devedor, assim requerendo o executado.

Art. 22. O sujeito passivo que tiver interposto ação judicial de qualquer natureza, com ou sem concessão de medida liminar ou tutela antecipada que o dispense do pagamento do tributo ou autorize o depósito judicial, poderá usufruir dos benefícios do PROREFIS 2025, desde que, previamente à adesão, comprove a desistência formal da ação e a renúncia ao direito sobre o qual se funda, nos termos e condições estabelecidos nesta Lei.

Art. 23. Fica resguardado ao devedor na execução judicial solicitar adesão ao PROREFIS 2025 nos autos do processo judicial, obedecidas as condições dessa Lei.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO ÚNICA

Art. 24. A adesão do PROREFIS 2025 na modalidade de parcelamento não extingue a obrigação, apenas suspende a exigibilidade do crédito tributário, mantendo a relação jurídica processual no estado em que ela se encontra, cuja execução fiscal poderá ser retomada, com a execução da garantia, em caso de eventual exclusão do contribuinte do programa de parcelamento fiscal.

Art. 25. O pagamento do débito apurado poderá ser efetivado por meio de cartão de crédito, caso esta opção seja disponibilizada pela fazenda municipal, desde que os encargos da operação sejam arcados exclusivamente pelo sujeito passivo devedor.

Parágrafo Único. O pagamento por meio de cartão de crédito, ainda que parcelado pelo contribuinte devedor, e desde que o efetivo pagamento ao ente credor (fazenda municipal) se opere integralmente em até 45 (quarenta e cinco) dias, é considerado pagamento à vista para todos os fins de concessão dos benefícios dessa lei.

Art. 26. A plena remissão dos juros, multas e penalidade pecuniária ficará condicionada ao pagamento total das parcelas do acordo, podendo o valor total referente aos juros, multas e correção monetária ser incorporado como crédito tributário, juntamente com as parcelas pagas, além de cobrado judicialmente ou extrajudicialmente, mediante inscrição na Dívida Ativa do município no caso de inadimplência de qualquer das parcelas.

Parágrafo Único. A última parcela do parcelamento efetuado nos termos desta Lei representará o valor equivalente aos descontos concedidos, a qual ficará automaticamente quitada, em benefício do devedor, no caso de pagamento regular das demais parcelas dos créditos objeto desta Lei.

Art. 27. O sujeito passivo que desejar usufruir os benefícios previstos nesta Lei deverá obter manifestação favorável da concessão de seu pleito até as 23:59 horas do último dia de vigência do PROREFIS 2025 (Art. 3º), obedecido o horário de expediente das repartições públicas em caso de solicitação presencial.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 28. O pagamento das parcelas advindas da adesão ao presente PROREFIS 2025 deverá ser realizado até o último dia útil de cada mês, mediante o pagamento do Documento de Arrecadação Municipal – DAM emitido no ato da concessão do parcelamento.

Art. 29. Após a adesão e o pagamento da primeira parcela, o contribuinte obterá direito à Certidão de Regularidade Fiscal (positiva com efeito negativo de débitos fiscais), referente aos tributos incluídos no parcelamento a que se refere esta Lei, desde que não haja outros débitos não inseridos no parcelamento, e sem prejuízo do lançamento e cobrança de débitos gerados por fatos novos ou não albergados pelo programa.

Art. 30. Os benefícios concedidos através desta lei não significam renúncia de receita para fins do disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 31. O Secretário Municipal de Administração, responsável pela administração tributária do Município de Quixeramobim, fica autorizado a expedir atos regulamentares complementares à aplicação desta Lei.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, em 22 de maio de 2025.

Assinado de forma
digital por CIRILO
ANTONIO PIMENTA
LIMA:05950546334

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA

Prefeito Municipal de Quixeramobim

Sanctionado e Transformado em Lei/Sob o No.

119 de 28 de 05 de 2025

Cirilo Antonio Pimenta Lima
Prefeito Municipal

ASSINADO EM
Sob o No. 119 de 28 de 05 de 2025
PREFEITO